



Figura 3 – ANULAMENTO, 2008 (acrílico sobre tela, 150x150cm).  
Fonte: Mário Vitória.

# SEÇÕES COMPLEMENTARES

Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 16, n.1, jan./jun. 2015, ISSN 1982-5560

# SAUDADES DE DJALMA MARANHÃO<sup>1</sup>

José Willington Germano<sup>2</sup>

*“Recordar: Do latim re-cordis, voltar a  
passar pelo coração”.*  
(Eduardo Galeano)

Caso seja possível estabelecer alguma forma de classificação para o legado político e cultural de Djalma Maranhão à frente da Prefeitura de Natal (1960-1964), penso que a melhor expressão, para designar o seu protagonismo no terreno político, seria a de um autêntico “organizador da cultura”, conforme conceituação do pensador Antonio Gramsci. Sem dúvida, a sua compreensão da política passava pela valorização de cultura, especialmente da cultura popular, pois, no seu modo de entender, ela constituía a identidade de um povo, imprescindível a inserção dos setores subalternos no espaço público, em busca de reconhecimento e de mudanças estruturais na sociedade.

Como político de esquerda, nacionalista, identificado com o projeto de reformas sociais, defendido pelo presidente João Goulart, Maranhão entendia, igualmente, a política como espaço de lutas em busca da emancipação social. Assim, o que impulsionava o seu agenciamento político era o desejo de superação das desigualdades sociais, bem como as diversas formas de

opressão a que estavam expostas as classes populares do país. Tratava-se, enfim, de um embate pela edificação da justiça social e pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira.

Na sua visão, para isso se tornar realidade, seria necessário que o povo brasileiro, buscasse se apropriar e fortalecer as suas raízes culturais. Para ele, bem como para forças políticas que o acompanhavam, o elemento nacional estava contido na cultura popular. Afinal, o processo de dominação, desde a era colonial aos impérios da modernidade, não se restringiu a esfera econômica, mas também a imposição cultural, que destruiu as culturas nativas, línguas, religiões, saberes ancestrais, tornando invisíveis populações inteiras: índios, negros, populações mestiças, pobres. Tratava-se, pois, de uma postura rebelde, de um explícito posicionamento em favor da descolonização cultural, que desse visibilidade a sujeitos relegados e denegridos pelo processo histórico dominante, o que implicava em uma clara desconstrução da inferioridade,

<sup>1</sup> Texto base das intervenções do autor em eventos realizados em todo ano de 2015, em celebração dos 100 anos de nascimento do ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão, a exemplo do Festival Literário de Pipa (Flipipa), do Festival Literário de Natal (Flin) e Sessão Solene do Congresso Nacional, em Brasília, em homenagem a esse notável homem público.

<sup>2</sup> Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e lidera o Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação, vinculado ao CNPq. Mestre em Sociologia e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor de livros, destacando-se “Estado Militar e Educação do Brasil: 1964-1985”, bem como de artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior, anais de congressos acadêmicos nacionais e internacionais. CV: <<http://lattes.cnpq.br/9070289595467890>>.

desses sujeitos, no campo do simbólico, mediante a valorização dos saberes, das artes, enfim, das suas expressões culturais. Nessa perspectiva, ganha relevo a frase, “nenhum povo é dono do seu destino, se antes não é dono da sua cultura”, fartamente usado na época. Era esse o sentido atribuído naquele momento, pois, como escreve o historiador Edward Thompson, as generalizações acerca da cultura popular, “se esvaziam”, caso “ não sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos”.

Esse ideário, a meu ver, se revestiu de uma espécie de aporte referencial, importante para que Maranhão adotasse, como bússola das ações que desenvolveu na Prefeitura de Natal, esses dois eixos principais: a valorização da educação e a valorização da cultura, em suas múltiplas formas de expressão. Não seria exagero dizer, portanto, que ele fez de Natal uma cidade cultural, educacional, uma cidade em festa, uma feliz cidade, tal era o calor cultural existente no período. Mas também fez de Natal, uma cidade reflexiva, envolvida com o despertar de esperanças utópicas: a constituição de uma sociedade melhor e mais justa.

Mas, como escreveu João Cabral de Melo Neto, “Um galo sozinho não tece a manhã: ele precisará sempre de outros galos” e Djalma Maranhão contou, sem dúvida, com esses “outros galos”. Desse modo, não é possível pensar na obra educacional/cultural do então Prefeito de Natal, sem se reportar a duas figuras humanas exponenciais: o professor Moacyr de Góes, secretário municipal de educação, e de Maílde Pinto Galvão, diretora da sempre bem lembrada Diretoria

de Documentação e Cultura (DDC). A esses dois nomes, deve-se acrescentar o de Roberto Furtado, um dos mais destacados e eficientes colaboradores do prefeito Djalma Maranhão, na condição de secretário das finanças de Natal.

A eles vieram se juntar nomes significativos da educação e da intelectualidade potiguar, a exemplo de Margarida de Jesus Cortez, Diva da Salete Lucena, Omar Pimenta, Conceição Góes, lideranças estudantis/universitárias como Geniberto Campos, Josemá Azevedo, Hélio Vasconcelos, Ives Bezerra, Berenice Freitas, Terezinha Braga, Danilo Bessa, Francisco Ginani, além da participação de representantes significativos do mundo das artes e das letras, como Newton Navarro, Paulo de Tarso Correia de Melo, Câmara Cascudo, entre vários outros, sem falar no professor, jornalista e político Luiz Maranhão, irmão de Djalma, personalidade destacada da esquerda brasileira, que, no pós 1964, seria morto com requintes de crueldade pelo regime ditatorial. O seu corpo nunca foi encontrado.

O carro-chefe dessa mobilização foi a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. A partir dela emerge uma autêntica organização cultural da capital potiguar, com ações capilares, moleculares, disseminadas por todo o tecido urbano, com destaque para bairros populares como Rocas e Quintas, que contavam com acampamentos escolares, bibliotecas, assim como encontravam apoio para os seus grupos de cultura. Um nome deve ser lembrado quando se fala dos acampamentos, é o do seu construtor, o mestre-de-obras José Ribamar de Oliveira. Outra figura que não pode ser

esquecida é José Fernandes Machado, o querido pastor Machado, presidente do Comitê Nacionalista das Rocas, berço da campanha. Ao lado deles, se constituiu toda uma rede de autênticas lideranças populares, figuras anônimas, simples, dessas que Eric Hobsbawm denomina de “pessoas extraordinárias”, como dona Nalda Medeiros, líder comunitária do bairro de Lagoa Seca, que, desde baixo, realizavam um trabalho de mobilização e organizativo da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Sobre a campanha, Darcy Ribeiro, que foi ministro da educação do governo João Goulart, fez o seguinte relato em seu livro de memórias: “Dei também forte apoio a Djalma Maranhão, prefeito de Natal, na sua campanha ‘De pé no chão também se aprende a ler’. Fui inclusive ver aquela experiência e registrá-la num filme. Djalma havia armado, ao longo das praias de Natal, compridos barracões que eram salas sucessivas, uma depois da outra, onde se davam aulas. Delas a criança saía para brincar na areia, tomar banho de mar e comer comida farta que davam num outro barracão. Beleza pura!”. Embora Maranhão tenha desencadeado uma luta, sem tréguas, contra o analfabetismo, fato meritório *per si*, mas, na verdade, a campanha, ultrapassou essas fronteiras. Ela implicou em uma intensa mobilização social em defesa da educação e da cultura popular. Foi além, portanto, do processo de alfabetização.

Vale destacar, contudo, que essa valorização da educação e da cultura popular, não se dava no sentido do fechamento dessas manifestações, em si mesmas. Assim, a cultura popular não era tratada como algo puro. Ao contrário, ela se

revestia de uma abertura, de um diálogo permanente com as outras manifestações culturais, das artes visuais, da música, da literatura e com o mundo dos intelectuais de formação acadêmica. Fazer juntos, rejuntrar o que estava separado, era o sentido principal daquele processo social-cultural-político, então em curso. Talvez, por isso, seja possível falar na existência, naquele período, de um processo de hibridação cultural, no sentido que lhe atribui Néstor Canclini.

Nessa perspectiva, um mesmo espaço social era partilhado tanto pelo escultor popular Chico Santeiro, por congos, pastores, cantadores, boi-de-reis, João Redondo, festejos juninos e carnavalescos, como também por poetas, pintores, escritores, artistas, do quilate de Newton Navarro, Berilo Wanderley, Yaponi Araújo, Moacyr Cirne, Sanderson Negreiros, Luís Carlos Guimarães, Ariano Suassuna, Francisco Brennand, Zila Mamede, Dorian Gray, Mauro Mota, e tantos outros, configurando um trabalho recíproco de fertilização, enfim, uma mestiçagem cultural. A presença de intelectuais pernambucanos, como Ariano, Brennand, Mauro Mota e vários outros, dá conta do intenso intercâmbio intelectual existente naquele contexto entre Natal e Recife, onde era desenvolvido o Movimento de Cultura Popular (MCP).

A campanha de “Pé no chão também se aprende a ler”, sem dúvida, foi a matriz dessa organização educacional e cultural vivenciada na cidade de Natal em princípios dos anos 1960, até que o golpe civil-militar de 1964, viesse ceifar essas forças pulsantes da sociedade brasileira. Naquele contexto (1960-1964), havia um forte processo de mobilização social e política

no país, de cunho popular, empenhado na luta por reformas estruturais, as reformas de base, como eram chamadas na época no governo João Goulart, um presidente identificado com tais reformas, entre as quais, a reforma agrária, a defesa dos interesses nacionais, em face da dominação imperial, sobretudo dos EUA, e assim por diante.

No plano internacional, além da “guerra fria” entre as potências do mundo capitalista e do mundo socialista, era um contexto de lutas anti-coloniais na África e na Ásia, de efervescência social na América Latina, da eclosão da revolução cubana, e da emergência de um pensamento anti-colonial, a exemplo da obra de Frantz Fanon (Martinica) e de Paulo Freire (Brasil) no campo educacional, entre vários outros. Enfim, esse era um contexto marcado por um forte reformismo social e nacionalismo anti-imperialista.

Tendo como palco social e político, essa moldura histórica, ocorreu o surgimento, em todo o país, de movimentos de educação e cultura popular, em que os exemplos mais marcantes encontravam-se, especialmente, no Nordeste. É o caso de Recife, com o Movimento de Cultura Popular (MCP), época de Miguel Arraes prefeito. Movimento que iria influenciar bastante a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. O Rio Grande do Norte, por sua vez, foi espaço de outras expressivas experiências de educação popular naquele contexto, como o “Movimento de Educação de Base” (MEB), desenvolvido pela Arquidiocese de Natal, época de Dom Eugênio Sales, e as “40 Horas de Angicos”, com a presença de Paulo Freire, quando Calazans Fernandes

era secretário de educação do Estado, governo Aluísio Alves.

A campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, faz parte dessa história. A diferença com relação aos outros movimentos dizia respeito, sobretudo, a forma de organização, ao público envolvido e a abrangência das suas ações. Assim, as escolas típicas da campanha eram os acampamentos escolares, cobertos com palhas de coqueiro, destinados à educação de crianças. Cada acampamento dispunha de biblioteca, área de recreio e hortas. Além disso, a campanha desenvolveu um intenso trabalho de enfrentamento do analfabetismo, através da alfabetização de jovens e adultos, com mobilizações, rua a rua, em toda a cidade, especialmente nos bairros periféricos, com forte participação de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Mas o principal destaque, a meu ver, diz respeito ao fato da campanha não ter sido apenas um movimento de alfabetização e de educação escolar, mas de ter originado uma extensa rede cultural, compreendendo as bibliotecas populares, a exemplo das bibliotecas Monteiro Lobato e Castro Alves (Rocas e Quintas), o Teatrinho do Povo (Alecrim), a Galeria de Arte (Cidade Alta), as Praças de Cultura, o amplo apoio e incentivo aos grupos de cultura popular e de outras formas do fazer artístico, como já foi mencionado. Por sua vez, boa parte dos livros das bibliotecas foi obtida através de doações, como a realizada pela campanha “O livro que está sobrando na sua estante é o que está faltando nas mãos do povo”, que se revestiu de grande êxito, com milhares de exemplares doados.

Por tudo isso, pode-se afirmar que a obra mais marcante de Djalma Maranhão, na Prefeitura de Natal, foi uma obra do espírito, da educação, da cultura. Foram as suas realizações nesse campo que fizeram com que o seu nome fosse incorporado ao imaginário da cidade, de forma celebrativa. Não foi, portanto, uma obra de cimento, pedra e cal, apesar das realizações também no domínio das edificações, como o Palácio dos Esportes, a Estação Rodoviária, etc. Por conseguinte, as melhores recordações, as boas lembranças, guardadas nos corações e nas mentes dos natalenses, dizem respeito ao incentivo e a valorização da cultura e da educação.

Nessa perspectiva, em uma leitura sintética do seu legado é possível identificar três aspectos principais. Em primeiro lugar uma bem sucedida articulação entre política educacional e política cultural. Em segundo lugar tem-se a destacar, uma intensa capilaridade das ações educacionais e culturais, disseminadas pelos diversos espaços sociais da cidade, de forma continuada, através dos acampamentos, do incentivo aos grupos de cultura popular, da criação de bibliotecas e de outros espaços culturais, bem como a valorização dos artistas e das artes em suas múltiplas formas de expressão. Em terceiro lugar, um processo de democratização da cultura, com base na diversidade, em que os eventos culturais, como as Praças de Cultura, eram ressonâncias dessa capilaridade, desse movimento que vinha de baixo, proveniente dos diversos territórios sociais do município. Foi essa plêiade de ações que possibilitou a constituição de uma autêntica organização cultural da

cidade de Natal e sobre a qual foi direcionada a repressão política desencadeada pelo golpe midiático-civil-militar de 1964.

Quando o coronel Darcy Lázaro, comandou uma das invasões à Universidade de Brasília disse uma frase que simboliza bem a que veio o regime ditatorial: “Se essa história de cultura vai atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos fechar a cultura por 30 anos”. Em Natal, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, foram, justamente, as ações desenvolvidas na área de educação e cultura por Djalma Maranhão, os motivos principais da sua deposição, como prefeito, prisão, cassação, e condenação de 16 anos de prisão. O *impeachment* do prefeito e do seu vice, Luiz Gonzaga dos Santos, constitui uma das páginas mais vergonhosas do legislativo municipal. Os dois foram presos por patrulhas do Exército, em seus gabinetes, por volta das 17:00h, do dia 02 de abril de 1964.

Pressionada pelo Comando Militar, a Câmara Municipal reuniu-se três vezes no mesmo dia, ou seja, em 02 de abril de 1964. Na primeira sessão, os primeiros oradores a saudar o golpe de Estado, foram os vereadores José Gurgel Guará e Manoel Eugênio Neto. Em seguida, foi realizada a segunda sessão, em caráter secreto, na qual a Câmara apreciou uma correspondência do Comando Militar de Natal comunicando que o prefeito e o vice estavam impedidos por serem comunistas. Com base nesse comunicado, os dois líderes políticos tiveram os mandatos cassados pelos vereadores natalenses. Mas nada consta no livro de Atas do legislativo municipal, acerca de como transcorreu a reunião em apreço. Na verdade, essa ata simplesmente não existe. Finalmente, seria realizada a terceira sessão com o

objetivo de empossar o novo prefeito. Assim, às vinte e três horas e vinte minutos, do mesmo dia, 02 de abril de 1964, Raimundo Elpídio da Silva, vice-presidente da Câmara, assumiu provisoriamente o cargo de prefeito municipal.

Mas duraria pouco no cargo, pois em 06 de abril de 1964, a Câmara Municipal, por unanimidade dos seus 24 integrantes, escolheu o verdadeiro sucessor de Djalma Maranhão, o contra-almirante Tertius Rebello. Na secretaria de educação de Natal, o professor Moacyr de Góes foi substituído pelo capitão-de-corveta Tomás Edson Goulart do Amarante. Tem início, então, as prisões, expurgos e perseguições na Prefeitura de Natal. Nada restou daquele projeto educacional e cultural. Escolas (os acampamentos) e bibliotecas foram destruídas, os livros apreendidos e expostos em praça pública como obras subversivas, mesmo se esses autores fossem Tolstói, Graham Greene, Papini, Ledo Ivo, Josué de Castro ou Vinicius de Moraes e assim por diante.

Djalma Maranhão, preso, é transferido de Natal para a ilha de Fernando de Noronha e depois para Recife. Libertado por força de um *habeas-corpus* acabou por se exilar no Uruguai. Posteriormente a 7ª Auditoria Militar o condenaria a 16 anos de prisão. Em Montevidéu, Maranhão enfrentou dias difíceis, sobrevivendo modestamente como jornalista. O jornalista Ticiano Duarte, em intervenção memorável na mesa em homenagem a Djalma Maranhão, durante o VI Festival Literário da Pipa (2015)<sup>3</sup>, narrou que as dificuldades financeiras do ex-prefeito foram tantas, que chegou a ponto de seus amigos de

Natal se cotizarem para que ele pudesse comprar roupas de frio. Darcy Ribeiro, em seu livro “Confissões”, conta o sofrimento de Maranhão no exílio: “Muito foi a dor de Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal, que queria ouvir a sua cidade em um radiozinho de pilha e morreu de tristeza”.

O prefeito que fez de Natal uma cidade cultural, uma feliz cidade, morreu de tristeza no exílio, aos 56 anos, na madrugada de 30 de junho de 1971, vítima de colapso cardíaco. Foi sepultado em Natal, no dia 02 de agosto. Uma verdadeira multidão acompanhou o cortejo fúnebre, cujo trajeto foi feito a pé, desde a Rua Floriano Peixoto, em Petrópolis, até o Cemitério do Alecrim.

No ano do seu centenário de nascimento (1915-2015), são justas as homenagens em memória de Djalma Maranhão. Para Beatriz Sarlo, o propósito da memória é “conservar a lembrança”, salvar do esquecimento pessoas e acontecimentos relevantes, é “reparar uma identidade machucada”, é recordar, ou, como diz Eduardo Galeano, “voltar a passar pelo coração”. É também resistir contra o desperdício de experiências, ricamente constituídas, que foram maculadas pelo processo histórico excludente e ditatorial. Saudades de Djalma Maranhão, o prefeito que Natal não esquece.

Natal/RN, 2015.

<sup>3</sup> O jornalista Ticiano Duarte ao se pronunciar sobre o caso, ficou muito emocionado, embargando a voz e parando para enxugar as lágrimas ao ler o único poema de Djalma Maranhão escrito quando vivia em Montevidéu, intitulado “Evocação a Natal”. Na madrugada dessa mesma noite foi acometido de uma parada cardíaca e faleceu aos primeiros socorros (Tribuna do Norte, 9 de agosto de 2015).